

POR UMA POLÍTICA DA HUMANIDADE PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: UMA ABORDAGEM BASEADA NA COMPLEXIDADE MORINI-ANA

1 INTRODUÇÃO

Vivemos uma crise planetária multifacetada, resultado do entrelaçamento entre globalização, ocidentalização e desenvolvimento – uma tríade identificada por Morin (2015) como geradora de polícrises interdependentes (crise cognitiva, crises políticas, crises econômicas, crises sociais). Nas palavras de Morin (2015, p.33), “a gigantesca crise planetária é a crise da humanidade que não consegue atingir o estado de humanidade”.

Nesse contexto, a Amazônia emerge como um epicentro de tensões e possibilidades, ameaçada por um ponto de não retorno ecológico: a savanização (Lovejoy, Nobre, 2018). O bioma, crucial para regulação climática global (Wunderling *et al.*, 2021) e para o bem-estar humano no Brasil e na América do Sul adjacente (Lovejoy, Nobre, 2018), sofre com desmatamento, queimadas, grilagem e um modelo de desenvolvimento que privilegia o lucro em detrimento da vida.

O conceito de “Desenvolvimento” tornou-se uma “palavra-mestre” no vocabulário político contemporâneo, frequentemente associado a noções de progresso linear e crescimento econômico ilimitado. No entanto, como alerta Morin (2015), essa concepção simplificadora tem contribuído para a crise multidimensional que enfrentamos, caracterizada pela fragmentação do conhecimento, pela degradação ambiental e pelo aprofundamento das desigualdades sociais.

Diante da “Crise Planetária” decorrente da tríade Globalização-Ocidentalização-Desenvolvimento (Morin, 2015), como pensar politicamente o risco de savanização na Amazônia, superando a visão reducionista do desenvolvimento convencional? Inspirado na obra “A Via para o Futuro da Humanidade”, de Morin (2015), este artigo propõe um framework teórico – a “Política da Humanidade” –, que busca superar a lógica fragmentada e economicista do “Desenvolvimento” tradicional. Objetiva-se oferecer uma visão alternativa, complexa e transdisciplinar, capaz de integrar dimensões ecológicas, democráticas, éticas e econômicas em uma proposta política para a Amazônia e para o planeta.

A escolha da Amazônia como foco de análise justifica-se por sua importância crucial para o equilíbrio ecológico global e por representar um microcosmo onde se manifestam com intensidade os paradoxos e contradições do modelo desenvolvimentista hegemônico. A região se tornou palco de conflitos entre diferentes visões de futuro, entre a conservação e a exploração predatória, entre saberes tradicionais e lógicas modernizantes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: A COMPLEXIDADE MORINIANA E A CRISE DO DESENVOLVIMENTO

Morin (2015) advoga por uma reforma do pensamento que supere o paradigma da simplificação – marcado pela disjunção, redução e hierarquização do conhecimento – em favor de um pensamento complexo, que religue saberes, contextos e dimensões da realidade. Para o autor (2015), a crise fundamental que enfrentamos é, antes de tudo, uma crise cognitiva: nossa incapacidade de pensar a complexidade do real nos impede de enfrentar adequadamente os desafios contemporâneos.

Envolvida nessa “Crise Planetária”, Morin (2015) questiona se a civilização estaria rumo ao “Abismo”, com a nave espacial Terra sendo propulsada por quatro motores incontrolados: ciência, técnica, economia, lucro, cada um deles alimentado por uma sede insaciável: a sede de conhecimento (ciência), a sede de poder (técnica), a sede de possuir, a sede de riquezas.

A noção de "Crise Planetária" refere-se a um conjunto de crises interdependentes (ecológica, social, política, cognitiva) que ameaçam o futuro da humanidade. O desenvolvimento, nessa perspectiva, é visto como uma "palavra-mestre" degradada, que camufla realidades sociais e ecológicas sob um véu de progresso e crescimento econômico (Morin, Kern, 2011). Morin e Kern (2011) argumentam que o desenvolvimento se tornou um conceito "onusiano", que unificou diversas vulgatas ideológicas na segunda metade do século XX, mas que se mostra inadequado para enfrentar os desafios contemporâneos.

Para Morin (2015), é necessária uma "Política da Humanidade" que articule diversas dimensões: uma política de civilização, que enfrente os "males da civilização" tecnoburocrática; uma ética da compreensão e da solidariedade que permita o reconhecimento do outro em sua diversidade; uma governança global reformada, capaz de lidar com problemas transnacionais; uma visão dialógica que supere falsas oposições (ex.: desenvolvimento vs. envolvimento; crescimento vs. Decrescimento; mundialização vs. desmundialização).

O pensamento moriniano oferece ferramentas conceituais para repensar a relação entre sociedade e natureza, superando a visão antropocêntrica e utilitarista que caracteriza o paradigma desenvolvimentista hegemônico. Sua proposta de "pensamento ecológico" (Morin, 1991) reconhece a interdependência fundamental entre os seres humanos e o planeta que habitam.

3. METODOLOGIA

A abordagem metodológica segue o paradigma da complexidade, privilegiando a contextualização, a multidimensionalidade e a transdisciplinaridade, resultando numa pesquisa qualitativa teórico-conceitual, baseada em: (1) *Análise da obra de Morin (2015)*, com especial atenção para "A Via para o Futuro da Humanidade", (2) *Revisão de literatura crítica sobre desenvolvimento sustentável*, incluindo perspectivas do pós-desenvolvimento, decrescimento e alternativas ao desenvolvimento; (3) *Análise de documentos e dados* sobre a crise amazônica, incluindo estudos sobre savanização, desmatamento e modelos de desenvolvimento na região; (4) *Síntese de debates contemporâneos* entre correntes como agroecologia, bioeconomia, economia circular e ecologia política; (5) *Esboço da construção de um framework integrador* ("Política da Humanidade") aplicado ao contexto amazônico. (6) *Entrevistas semiestruturadas*, com 22 pesquisadores(as) de diferentes áreas do conhecimento (Ciências Ambientais, Economia, Direito, Sociologia, Antropologia, Administração etc.), selecionados(as) por sua expertise nas temáticas relacionadas à Amazônia, desenvolvimento sustentável e pensamento complexo; (7) *Síntese de um framework integrador* ("Política da Humanidade"), a partir da transcrição e análise das entrevistas por meio de análise de conteúdo categorial, permitindo discutir e refinar os elementos do framework proposto aplicado ao contexto amazônico, organizado em quinze eixos inter-relacionados.

4. RESULTADOS: O FRAMEWORK "POLÍTICA DA HUMANIDADE" NA AMAZÔNIA

O framework proposto está estruturado em quinze eixos inter-relacionados, desenvolvidos a partir da obra de Morin (2015) e contextualizados para a realidade amazônica.

4.1. REGENERAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO

A política precisa ser alçada ao nível de complexidade dos problemas que enfrenta. Hoje a política é dominada pela lógica econômica, concentrando no "Desenvolvimento" sua expres-

são de futuro da humanidade. Isto exige superar o pensamento simplificador que reduz a realidade a dimensões unidimensionais e fragmentadas. Na Amazônia, isso significa desenvolver capacidades para pensar simultaneamente o local e o global, o econômico e o ecológico, o tradicional e o moderno.

4.2. POLÍTICA DA HUMANIDADE

Propõe-se superar a visão economicista do desenvolvimento por meio do que Morin (2015a) chama de "envolvimento" - um processo que valoriza as necessidades interiores, as aptidões para compreender o outro, e a manutenção das inserções culturais e comunitárias. Na Amazônia, isso implica reconhecer e valorizar os saberes tradicionais, as economias comunitárias e as formas de vida não mercantilizadas, situando a região no conceito de "Terra-Pátria", como um assunto brasileiro de relevância planetária.

Baseado no princípio da religação da "Dialógica", Morin (2015) sinaliza para a necessidade de trilhar caminhos simultâneos: "Desenvolvimento" e "Envolvimento", "Crescimento" e "Decrescimento", "Mundialização" e "Desmundialização". É preciso, então, uma reflexão da ambivalência do "Desenvolvimento": identificar suas qualidades (direitos do homem, da mulher, autonomias individuais, cultura humanista, democracia), deixando em segundo plano o elemento negativo que hoje ocupa o primeiro plano (economia do lucro, redução da política à economia, redução do conhecimento ao cálculo, que ignora a multidimensionalidade da dimensão humana, e o domínio da racionalização, que descarta tudo que escapa a sua lógica fechada).

4.3. POLÍTICA DE CIVILIZAÇÃO

Contra os "males da civilização" tecnoburocrática, propõe-se uma política que privilegie a "Qualidade de Vida" (Morin, 2015), também denominada "Política do Bem Viver", sobre a quantidade de bens, a convivência sobre a competição, o tempo poético sobre o tempo cronometrado, privilegiando o bem-estar afetivo, psíquico e moral e não a quantidade de bens. Na Amazônia, isso significa valorizar modos de vida que integrem seres humanos e natureza, em contraposição ao modelo destruidor hegemônico. É necessária a inserção da Amazônia no conceito de "Terra-Pátria", pensando na humanidade como uma comunidade de destino numa perspectiva planetária, e preservando as diversidades animais, vegetais e culturais, inseparáveis das diversidades ecológicas.

4.4. A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

A democracia representativa mostra-se insuficiente para enfrentar os desafios contemporâneos. É necessário fortalecer a democracia participativa e representativa (Dussel, 2007), com destaque para experiências como o orçamento participativo e os conselhos deliberativos como antídoto ao avanço do autoritarismo e para garantir voz efetiva aos povos da floresta. Na Amazônia, isso implica garantir efetiva participação dos povos tradicionais e comunidades locais nas decisões sobre o futuro da região.

4.5. A DEMOGRAFIA

O debate populacional deve dissociar-se de visões malthusianas e centrar-se na capacidade de suporte dos ecossistemas e no direito à autodeterminação reprodutiva. Isto exige garantir direitos sexuais e reprodutivos, especialmente para mulheres e populações vulneráveis. Reconhece-se a complexidade demográfica da Amazônia, rejeitando a noção de "vazio demo-

gráfico", sendo que ela é uma região extremamente diversificada e complexa com várias "amazônias" na "Amazônia", e propondo estratégias em rede para o desenvolvimento da floresta urbanizada, concentrando a população e as atividades produtivas em pontos interconectados, com hinterlândias produtivas, compactadas e relativamente pequenas (Becker, Stenner, 2012).

4.6. OS POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas são reconhecidos como guardiões fundamentais da socio-bio-diversidade, e para a "Amazônia". Sua proteção contra a necropolítica do agronegócio e do garimpo ilegal é uma condição *sine qua non* para a integridade do bioma, exigindo a garantia de seus direitos territoriais e a valorização de sua cosmovisão (Krenak, 2020), numa relação sociedade-natureza na qual o bem-estar da humanidade é produto do bem-estar maior dos elementos no seu contexto, aproximando-se do "Pensamento Ecologizado" de Morin (1991).

4.7. A VIA ECOLÓGICA

A Amazônia aproxima-se perigosamente de um ponto de inflexão (*tipping point*), além do qual o bioma pode entrar em colapso (Lovejoy, Nobre, 2018). Há uma interligação entre os processos do sistema terrestre, em especial, a partir dos processos centrais de "Mudança Climática" e "Integridade da Biosfera" (Steffen *et al.*, 2015), que acabam por envolver também o processo de "Mudança do Uso da Terra", o qual atinge fortemente a "Amazônia", em razão da perda da cobertura natural do bioma para atividades econômicas predatórias. Isso exige uma política que considere a "Economia Ecológica", os limites planetários e o princípio da precaução, reconhecendo o valor intrínseco da floresta além de sua utilidade econômica, para evitar a "savanização". É preciso definir os "Limites" ecologicamente seguros na Amazônia como, por exemplo, o risco de "Savanização", e, simultaneamente, procurar atender a orientação simultânea "Desenvolvimento" e "Envolvimento" na "Política da Humanidade".

4.8. A VIA ECONÔMICA

A economia precisa incorporar a crítica da termodinâmica, como, por exemplo, na perspectiva da "Biofísica" (Daly, 2004), e caminhar para uma transição na direção da orientação "Crescimento" e "Decrescimento", num olhar transdisciplinar para a Economia, sendo ela parte de outras dimensões societárias. É necessário superar a ideologia do crescimento ilimitado e desenvolver economias que operem dentro dos limites ecológicos. Na Amazônia, isso implica valorizar atividades de baixo impacto como a bioeconomia, floresta em pé, os sistemas agro-florestais e agroecológicos e o extrativismo sustentável. É imperativo superar a ideologia do crescimento ilimitado e desenvolver economias que operem dentro dos limites ecológicos.

4.9. DESIGUALDADE E POBREZA

O "Neoliberalismo" pode ser visto, predominantemente, como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas (Harvey, 2014), que desencadeou um capitalismo planetário desenfreado, amplificando os aspectos negativos do "Desenvolvimento". A superação das injustiças sociais é um pré-requisito para a sustentabilidade. Isso demanda um Estado de bem-estar social e ecológico na Amazônia, no Brasil, e nos outros países no Mundo, com políticas redistributivas robustas, e uma reorganização da globalização por meio de instâncias transnacionais que combatam a lógica neoliberal (Piketty, 2020).

4.10. JUSTIÇA E REPRESSÃO

O combate à impunidade dos crimes ambientais é urgente. A “Amazônia”, em particular, sofre intensamente graves crimes ambientais, num contexto de fragilidade de políticas e instituições de proteção do “Direito Ambiental”. Propõe-se o fortalecimento dos órgãos de fiscalização e uma evolução do direito ambiental rumo a uma perspectiva biocêntrica, que reconheça a Natureza como sujeito de direitos (Acosta, 2016). As duas barbáries (a do delito, do crime, da corrupção, e a contra barbárie da justiça, da polícia, da prisão) precisam ser enfrentadas por meio da instauração das reformas contidas na “Política da Humanidade” (Morin, 2015).

4.11. REFORMA DO PENSAMENTO

A educação e a ciência precisam superar a fragmentação disciplinar e desenvolver capacidades para pensar a complexidade (Morin, 2015). A crise civilizatória é, em sua raiz, uma crise do conhecimento. A Reforma do Pensamento rumo ao paradigma da complexidade é a alavanca para todas as outras reformas, permitindo uma nova relação sociedade-natureza por meio de operadores como a dialogia e a causalidade circular.

4.12. REFORMA DA EDUCAÇÃO

A educação deve formar para a cidadania terrestre, integrando saberes tradicionais e científicos e promovendo uma ética do cuidado e da responsabilidade. A educação deve formar para a cidadania terrestre. Isso implica ensinar os Sete Saberes e orientar para "Ensinar a Viver" propostos por Morin, e transformar currículos para que a Ecologia, e não a Economia, seja a disciplina matriz. Na Amazônia, isso significa valorizar os saberes locais e desenvolver pedagogias apropriadas aos contextos regionais.

4.13. DEMOCRACIA COGNITIVA E COMUNICACIONAL

Em uma era de desinformação, é vital garantir o direito à informação veraz. Isso exige combater as *fake news* e democratizar os meios de comunicação, criando uma rede sociocomunicacional que apoie a compreensão mútua e a difusão de um novo pensamento para a Amazônia.

4.14. AGRICULTURA E ZONAS RURAIS

É fundamental promover vias de revitalização rural que superem a hegemonia do agro-negócio. Isso envolve uma transição agroecológica, reforma agrária e medidas que redistribuam a terra e a renda, alinhadas com as orientações simultâneas de crescimento e decrescimento. Na Amazônia, isso implica apoiar transições agroecológicas e valorizar modos de produção que integrem agricultura e floresta.

4.15. A VIA DA REFORMA MORAL

A ética necessária para o século XXI articula três dimensões: individual (autoexame), cívica (deveres) e do gênero humano (solidariedade planetária) (Morin, 2015). Uma ética planetária baseada na responsabilidade solidária é necessária para enfrentar os desafios contempo-

râneos. Isto exige diálogo entre diferentes tradições religiosas e filosóficas, com especial atenção para as cosmovisões dos povos tradicionais amazônicos, enfrentando os discursos do neofundamentalismo que ameaçam a democracia e a justiça socioambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia está num ponto de bifurcação. Podemos seguir rumo ao “Abismo” ou iniciar uma “Metamorfose” rumo a um futuro baseado na ética, na justiça e na sustentabilidade. As escolhas que fizermos nesta década serão determinantes para o futuro do bioma e, conseqüentemente, para o equilíbrio ecológico do planeta.

O framework "Política da Humanidade", inspirado em Morin (2015), oferece ferramentas conceituais para repensar nosso lugar no mundo e nossa responsabilidade para com as gerações presentes e futuras, buscando a complexificação do conceito de ‘desenvolvimento’ e a criação de um arcabouço transdisciplinar para análise e criação de políticas.

Sua aplicação prática exige uma sinergia entre dimensões-chave: a articulação de uma governança multinível que reconheça a Amazônia como bem comum global; o fortalecimento radical da sociedade civil; e a construção de uma nova narrativa cultural que supere a visão da floresta como "fronteira" (extrativista, expansionista, colonial, injusta social e ecológica) pela de um sistema de vida complexo e indispensável. Como propõe Morin (2015), é tempo de religar conhecimentos, culturas e esperanças em um projeto comum de Terra-Pátria.

Este artigo não esgota o debate, mas busca contribuir para uma reflexão urgente e necessária sobre os caminhos possíveis para a Amazônia e para o planeta. Futuras pesquisas poderão aprofundar e refinar o framework aqui proposto, assim como co-projetar, com comunidades e governos, roteiros de *backcasting* para 2030-2050, testando sua aplicação em políticas públicas específicas e avaliando sua efetividade na promoção de alternativas ao desenvolvimento predatório.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- BECKER, Bertha; STENNER, Claudio. **Um Futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.
- DALY, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VII, nº. 2 jul./dez. 2004.
- DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazon Tipping Point. **Science Advances**, v. 4, n. 2, 2018.
- MORIN, Edgar. O pensamento ecologizado. In: MORIN, Edgar; BOCCHI, Gianluca; CERUTI, Mauro. **Os problemas do fim do século**. Lisboa: Editorial Notícias, 1991.
- MORIN, E. **A Via para o Futuro da Humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015a.
- MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- STEFFEN, W. et al. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, v. 347, n. 6223, 2015.
- WUNDERLING, N. et al. Interacting tipping elements increase risk of climate domino effects under global warming. **Earth System Dynamics**, v. 12, n. 2, p. 601-619, 2021.